AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS DA CIDADE COM OS ESTUDOS DE POVOS INDÍGENAS: A LEI 11.645/08 EM MOVIMENTO

Simone dos Santos PEREIRA
Doutora em Antropologia Social - Universidade de São Paulo
simone.pereira@alumni.usp.br

Letícia Ribeiro Ferreira da SILVA
Doutoranda em Arqueologia - Universidade de São Paulo/Fundação Araporã
leticia.rib.fer@hotmail.com

Resumo: Muitos estudos sobre a Lei 11.645/08 apontam dificuldades para a sua implementação. Contudo, há unidades escolares que desenvolvem propostas metodológicas fundamentadas e em movimento com e sobre os povos indígenas, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Carolina Maria de Jesus é uma delas. O objetivo deste artigo é apresentar o currículo da EMEI, as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas pelas crianças e comunidade escolar. A pesquisa foi concretizada a partir da etnografia, com observação participante e registro em caderno de campo, fotos, vídeo etc. A investigação aponta um currículo intenso e extenso sobre os estudos dos povos indígenas no cotidiano escolar. Ao longo do segundo semestre de cada ano, as crianças estudam diferentes etnias com literatura, brincadeiras, materialidades, entre outras atividades, além de interagirem com indígenas.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; Povos Indígenas; Educação Infantil.

Abstract: Many investigations on law 11.645/08 point to difficulties in its implementation. However, there are school units that develop well-founded methodological proposals and in movement with and about indigenous peoples, the Municipal School of Early Childhood Education (EMEI) Carolina Maria de Jesus is one of them. The objective of this article is to present the EMEI curricula, pedagogical practices and the relationships established by children and the school community. The research was carried out based on ethnography, with participant observation and recording in field notebooks, photos, video, etc. The investigation points to an intensive and an extensive curricula on the studies of indigenous peoples in everyday school life. Throughout the second semester of each year, children study different ethnicities with literature, games, materialities, among other activities in addition to interacting with indigenous peoples.

Keywords: Law 11.645/08; Indigenous peoples; Early childhood education.

Primeiros Passos

> *Kumi: Olha, prô, isto é uma maraca. Os indígenas têm. Acho que toda etnia tem, não é de um povo só. Dá pra tocar assim [mostrando com diferentes posições: com a mão acima da cabeça, na frente do corpo e agachado]* (Caderno de campo set. 2019)

Kumi[1] é uma criança de quatro anos que em 2019 estava matriculada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Carolina Maria de Jesus[2] localizada na periferia da cidade de São Paulo. As educadoras da instituição desenvolvem, desde 2014, um currículo voltado para as questões étnico-raciais, trabalhando com matrizes africanas e afro-brasileiras no primeiro semestre e povos indígenas no segundo.

Tal projeto surge da necessidade de fomentar as discussões de diferença, de pertencimento, de desigualdade e de equidade na percepção das educadoras, contemplando os documentos oficiais para a Educação Infantil e as leis federais 10.639/03 e 11.645/08. As profissionais da unidade e as observações da pesquisa retratam preconceitos, estereótipos e desigualdades por parte da comunidade escolar, dos livros, dos brinquedos, entre outras situações (Pereira, Nascimento, 2020; Pereira, 2024) justificando a necessidade da adaptação do currículo e das práticas pedagógicas.

Kumi, nesse sentido, compreende as diferenças e respeita as diversidades. Percorre com outros sapatos, os caminhos trilhados por outras/os indígenas, fazendo com que a metáfora dos "Sapatos Trocados" do livro de Cristino Wapichana (2014) seja parte de seu cotidiano.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as vivências das crianças da cidade com os estudos dos povos indígenas. Nesse sentido, serão apresentadas as práticas pedagógicas elaboradas pelas educadoras e as relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A pesquisa foi realizada a partir da etnografia, com observação participante entre os anos de 2018 e 2023. Foram utilizados registros em cadernos de campo, de imagem, de vídeo e de áudio.

Em 23 de março de 2020 as escolas brasileiras foram fechadas, devido ao período de isolamento social no contexto da pandemia de COVID-19. A EMEI, cumprindo as normativas do momento, teve que readequar suas práticas para o cenário virtual, tendo como principal meio de comunicação com as crianças e as famílias a mídia social *Facebook*. Porque a observação participante presencial se tornou impossível de se concretizar, foi necessária uma readequação das técnicas etnográficas para que a pesquisa de campo se mantivesse nesse contexto de exceção. Com a ausência de atividades in loco, a internet emergiu como ferramenta e campo de pesquisa.

André Alves e Cláudia Ferraz (2017) apontam que nomenclaturas distintas têm sido utilizadas para definir o método de análise de etnografias na *internet*, sem que haja consenso: *ciber* etnografia, etnografia digital, etnografia virtual, etnografia da *internet*, etnografia *online*, netnografia, webnografia etc. Outras/os antropólogas/os fizeram uso da

[1] Os nomes das crianças são pseudônimos, seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, de acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (www.portal.abant.org.br). Escolhemos nomes de origem indígena e africana.

[2] Este artigo deriva da tese de doutorado da primeira autora, que teve como objetivo central descrever e analisar como um currículo antirracista e para a diversidade se constitui na prática. Dessa forma, trazemos alguns trechos do referido documento, acompanhado de reflexões formuladas especificamente para este artigo.

internet como campo de pesquisa e/ou ferramenta, sem que alterassem suas percepções sobre a etnografia. Esta pesquisa se encontra nesse contexto. Apresentamos, ao longo do artigo, os *links* das postagens da mídia social analisada. Assim, você, pessoa leitora, poderá acessar e ampliar sua leitura e compreensão do trabalho desenvolvido na EMEI.

Diversos estudos apontam as dificuldades da implementação da Lei 11.645/08 (Meneses, 2014; Munduruku, 2014; Baniwa, 2016, entre outros). Daniel Munduruku (2014) aponta o engessamento do trabalho nas escolas sobre o tema, tanto no que se refere à reprodução do estigma do "índio" folclorizado quanto a restrição do tempo para o estudo limitado ao 19 de abril. Entendemos que grande parte das dificuldades estão alicerçadas na percepção estereotipada dos povos indígenas, construída ao longo de séculos por meio de políticas indigenistas de violência e de tutela. Assim, a imagem construída do "índio" (sempre no singular) varia entre o "bom selvagem" e o "mal selvagem" (Monteiro, 2001). Tais políticas refletem nas manifestações artísticas e intelectuais (a exemplo de músicas e romances de caráter nacionalista que integram os movimentos Romantismo e Modernismo) que reconhecem "o bom selvagem" como membro da tríade dos povos que compõem "o povo brasileiro", ignorando a diversidade étnica e cultural.

Além disso, dois fatores são recorrentemente apontados por professoras/es: a dificuldade de se dedicar às pautas étnicas e raciais tendo como base um currículo conteudista que pouco valoriza discussões e experiências práticas (uma realidade mais comum para educadores/as dos ensinos Fundamental e Médio), e a dificuldade em encontrar materiais didáticos de qualidade para trabalhar a questão indígena a partir da diversidade. Essa última questão foi apontada pelo educador indígena Gersen [dos Santos Luciano] Baniwa (2016). Reconhecido nacionalmente pela sua luta pela educação indígena, Baniwa traz à baila incongruências na aplicação da Lei 11.645/08, uma vez que o Estado estabelece a necessidade de trabalhar a temática indígena nas escolas não-indígenas, mas não cria subsídio para formação das/os educadoras/es e na formulação de materiais de apoio.

Trocando os sapatos

A EMEI possui uma metodologia fundamentada e estruturada sobre os estudos dos povos indígenas, em movimento desde 2014, que inclui: literatura infantil, brinquedos e brincadeiras, rodas de conversas e apresentações, visitas com os Guarani Mbya[3], entre outras atividades. No dia a dia e/ou ano a ano, diferentes materiais são organizados, elaborados e postos em movimento com a comunidade escolar. Ainda que as organizações estejam estabelecidas, elas são dinâmicas e se apresentam de acordo com as necessidades[4], por exemplo, no ano de 2023, por conta da tragédia com os povos Yanomami, a ordem do

[3] Há várias maneiras de escrever o nome dessa etnia. Optamos aqui por seguir a escrita da antropóloga Adriana Queiroz Testa em sua tese de doutorado "Caminhos de saberes Guarani Mbya: modos de criar, crescer e comunicar" (2015).

[4] Vide a fachada externa da escola, que em 2022 foi pintada com imagens de Ailton Krenak e Sônia Guajajara, grafismos indígenas e outras referências dos estudos realizados. Disponível em: https://www.facebook.com/emeicarolinamaria/posts/pfbid0QRiUgX5Udi97duaTmqvDUT77DFqXNNQJMM27wTDYVBcFsGsvNG55ETgam7zAmZFzl. Acesso em: 03 out. 2024.

trabalho dos semestres foi invertida.

Davi Kopenawa, co-autor de "A QUEDA DO CÉU: Palavras de um xamã yanomami" (2015), descreve[5] que os problemas de saúde do povo Yanomami foram causados pela presença dos garimpeiros no território. Ele acrescenta que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2021) corroborou com o aumento do número de garimpeiros, não efetivou medidas de proteção ambiental, de proibição do garimpo e de fiscalização eficaz na região. Para ele, esse governo negligenciou a situação dos Yanomami ao não ofertar soluções como acesso à saúde e tratamentos.

Nas discussões das professoras da EMEI, nos horários de estudos coletivos do Projeto Especial de Ação (PEA) são levantadas as propostas de investigações de etnias, que passam por seus interesses e estudos pessoais: livros que conhecem, documentários/ filmes/ vídeos que assistem, conhecimento de indígenas de destaque nas mídias sociais, televisão e matérias de jornais etc.

No percurso, os povos estudados foram:

Quadro 1 – Etnias indígenas estudadas entre 2014 e 2023

Sala/ ano	01	02	03	04	05
2014	Pataxó	Kayapó Xirim	Guarani Mbya	Munduruku	Kalapalo
2015	Pankararu	Guarani Mbya	Munduruku	Kariri Xocó	Karajá
2016	Guarani Mbya	Huni Kuin	Tupinambá	Kalapalo	Kaingang
2017	Ticuna	Xavante	Boé	Pataxó	Guajajara
2018	Ashaninka	Munduruku	Guarani	Wassú-Cocal	Xavante
2019	Kariri Xocó	Saterê Mawê	Guarani Mbya	Karajá	Paiter Suruí
2020/ 2021[6]	-	-	-	-	-
2022	Pataxó/ Kaingang	Ashaninka	Guarani Mbya/ Kalapalo	Yanomami	Xavante
2023	Xavante/ Yanomami	Huni Kuin/ Munduruku	Tupiniquim/ Huni Kuin	Ticuna	Guarani Mbya/ Maraguá

Fonte: Caderno de Registro, 2023 (adaptado)

Nos encontros coletivos ao levantar as possibilidades de grupos étnicos para apresentar para as turmas, as educadoras levam também em consideração a possibilidade de um ou mais deles poderem visitar a escola, estabelecendo distintas relações com as crianças ao compartilharem seus saberes. Indígenas de diversos grupos já foram à EMEI conversar com as crianças, sendo eles as/os Pataxó, Wassú-Cocal, entre outras/os.

A EMEI Carolina mantém um vínculo estreito com as/os Guarani Mbya da Zona Oeste da cidade de São Paulo há anos. Há no mínimo dois encontros anualmente: as/os adultas/ os e crianças visitam a escola em dia de festa de aniversário e a comunidade escolar visita o Parque Estadual do Jaraguá (Pico do Jaraguá) e é recebida pelas famílias indígenas.

Por vezes, nesses encontros, há atividades dirigidas de integração. Nos dias na escola há roda de conversa e apresentação musical. Na visita ao Parque, o encontro começa

[5] Entrevista concedida à Amazônia Real e transmitida ao vivo pela TVT — Davi Kopenawa Yanomami: "Quem matou meu povo foi Jair Bolsonaro" em 28 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9pusQPO_xC4. Acesso em: 03 out. 2024.

[6] As atividades presenciais na escola foram suspensas devido à pandemia de COVID-19.

com uma caminhada na Trilha do Silêncio[7].

> Após a caminhada, eles compartilham conosco algumas de suas brincadeiras tradicionais e nós partilhamos algumas brincadeiras aprendidas na escola em um dos espaços do parque. Finalizando este dia, todas e todos que lá estão exploram o parque livremente, brincam juntos e desfrutam de um lanche coletivo. (EMEI, 2019, p. 36)

A metodologia desenvolvida no segundo semestre de cada ano na EMEI inicia-se por uma escuta atenta das crianças para conhecer o que elas sabem sobre as pessoas indígenas. Cada educadora tem autonomia para organizar esse momento, que por vezes é realizado em uma roda de conversa. Nesse diálogo, as crianças têm a oportunidade de dizer o que conhecem sobre os povos, as pessoas e o tema.

Um dos processos, registrado em 2019, destaca que entre as 21 crianças que responderam aos questionamentos, 4 disseram que as/os indígenas têm "arco (e flecha)" e 8 mencionaram caça, pesca e plantação. Quanto a localizá-los no território, a maioria as/os contextualizou no espaço não urbano e uma criança referiu à floresta. Entretanto, essa mesma criança mencionou que o "índio" "anda de carro", apresentando outras características para além dos estereótipos de "índias" e "índios" (semi) nus, fixados pelos olhares silvícolas dos portugueses há séculos e ainda propagado na atualidade.

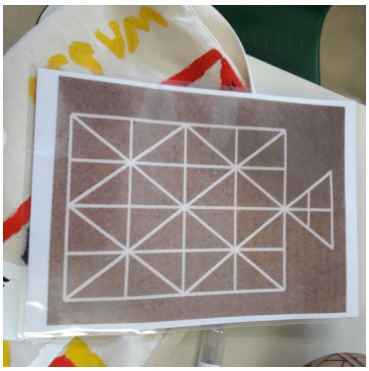
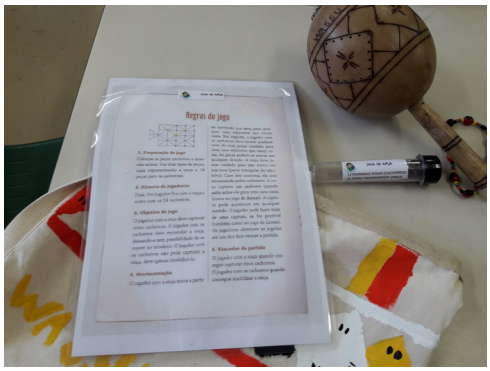
Uma criança explicou que ouviu histórias e viu barracas e outra que assistiu na televisão que eles estavam demandando terras. Possivelmente ambas estão se referindo à luta histórica por demarcação territorial no país, em que indígenas reivindicam seus direitos (Rendy Yobá, Pereira, 2022), na maioria das vezes presencialmente acampados na capital do país, Brasília.

Em seguida, são apresentados materiais de diferentes etnias para repertorear as crianças que, na sequência, escolhem um grupo para estudá-lo durante o semestre. Um exemplo foi a oferta de obras literárias infantis de sete etnias diferentes. Em dias alternados cada um dos livros foi lido e debatido com as turmas. Depois, as crianças de cada turma escolheram o povo no qual aprofundariam as investigações, a partir do interesse daquele que mais chamou a atenção.

O trabalho com os povos indígenas transcorre ao longo do semestre em todas as práticas da escola. Para aprofundar os saberes e compartilhar com as famílias seus aprendizados, as crianças, alternadamente, levam para casa uma Sacolinha Indígena criada pelas educadoras. No segundo semestre de 2018, por exemplo, a sacola decorada com o grafismo da etnia da turma 04 – Wassú Cocal – foi composta por uma maraca e um kit do jogo da onça com a descrição de como jogá-lo.

[7] O vídeo "Memórias do ano de 2018" foi apresentado à comunidade escolar na festa de encerramento da escola e mostra imagens dessas e de outras atividades. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=240988540746416&_rdc=1&_rdr. Acesso em: 03 out. 2024.

Imagens 1, 2 e 3. Conjunto de imagens do kit Sacolinha Indígena - 2018

Fonte: Acervo pessoal

Entre os trabalhos realizados com as crianças, há a exploração de objetos indígenas. Em diferentes momentos as culturas materiais são mostradas às crianças, nesses encontros são discutidos de onde procedem os materiais para confecção, como são utilizados etc.

Imagens 4 e 5: Crianças da EMEI interagindo com kits educativos com objetos indígenas

Fonte: *Facebook*[8].

Ao manipular os objetos as crianças notam particularidades, estabelecem relações a partir de seus conhecimentos de mundo, experienciam outros usos, criam outras narrativas.

> *Mandisa: Aqui é meu pau de chuva. Você mexe assim [virando de um lado para o outro] e ele faz um barulho bonito, o barulho da chuva. Eu gosto. Queria ter um pau desse lá em casa!*
> *Kieza: Prô, a gente tá vendo que tem indígena que vive na floresta e caça com arco e flecha, mas tem também na cidade que compra comida no supermercado e usa celular.* (Caderno de campo set-out. 2019)

Muitos desses objetos são do acervo da própria escola, enquanto outros são das educadoras e do Kit MAE/USP. A escola retira anualmente o "Kit de brinquedos infantis indígenas: composto por objetos etnográficos originais, materiais de apoio como textos, imagens e vídeo"[9] do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

[8] Disponível em: https://web.facebook.com/watch/?v=1253202275090965. Acesso em: 03 out. 2024.
[9] Disponível em: https://mae.usp.br/emprestimo-de-materiais-pedagogicos/. Acesso em: 03 out. 2024.

Uma atividade realizada na Sala de Leitura apresenta as aproximações iniciais de uma turma com os objetos:

Imagens 6, 7 e 8: Atividades com o kit de brinquedos infantis indígenas do MAE/USP

Fonte: *Facebook*, vídeo "Experienciando 2019"[10].

Com frequência, após a apresentação de um conteúdo novo, as crianças realizam um registro com desenho, pintura, colagem entre outros materiais. Essas produções são organizadas e expostas em sala de aula durante o semestre e, ao final dele, na exposição sobre os povos estudados.

Momentos de aprender e de brincar

Quando representantes dos povos originários[11] visitam a escola[12], há, normalmente, um momento em que são as/os protagonistas da ação. Nesse contexto, há distintos tipos de interação, as mais comuns são explicações culturais, contações de histórias e apresentações de canto e dança. Uma das visitas foi com Ubirajara Pataxó e Tamikuã Txihi. Tamikuã conversou com as crianças sobre a Mata Atlântica, contou especificidades de seu povo e narrou uma história da onça.

[10] O vídeo "Experienciando 2019" foi criado para a festa de encerramento da EMEI e mostra o percurso desenvolvido nesse ano. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=540022293558230. Acesso em: 03 out. 2024.

[11] Usamos aqui o termo "povos originários" fazendo referência aos documentos oficiais da EMEI que assim os descrevem, considerando que antecedem a invasão dos portugueses durante a colonização a partir do século XVI. Essa forma de se referir aos povos indígenas é também muito utilizada nas políticas públicas e nas demandas por terras. Contudo, cabe destacar que todos os povos são migrantes, chegando a este continente há mais de 40 mil anos e nesse sentido, o termo "originário" é adotado como conceito político.

[12] As/os indígenas permanecem na escola durante todo o dia, de forma a conversar com as crianças de ambos os períodos. Se elas e eles desejam vender artesanato, as educadoras avisam pela agenda das crianças que visitarão a escola e que farão exposição de objetos que confeccionam. Assim as famílias nos horários de entrada e/ou de saídas das crianças podem se preparar financeiramente e adquirir suas peças. As professoras "fazem vaquinha" para contribuir com ajuda de custo pelo tempo, trabalho e transporte. Isso ocorre devido à burocracia da Secretaria Municipal de Educação que solicita diferentes tipos de registros para a liberação de verba, impossibilitando-as/os de receber institucionalmente pelo trabalho prestado.

Imagens 9, 10 e 11: Visita dos educadores Ubirajara Pataxó e Tamikuã Txihi

Fonte: Página de Tamikuã no Facebook[13].

Depois da apresentação, ainda com as crianças de todas as turmas no pátio, é realizada uma roda de conversa. É comum que os questionamentos das crianças para as/os visitantes contenham indagações específicas. Nas conversas com as/os indígenas Wassú Cocal (2018) elas perguntaram:

> *Araci: Por que vocês pintam o rosto?*
> *Buriti: Como vocês fazem a pintura?*
> *Yara: Vocês dormem em rede?*
> *Jata: Como é a sua casa?*
> *Kahewa: Você mexe no celular?*
> *Chindalena: Que animais têm onde você mora?*
> *Ashia: Que pena tem no seu cocar?*
> (Caderno de campo, set, 2018)

Algumas dessas perguntas indicam que estereótipos de que todas/os as/os indígenas vivem em ocas na floresta não se sustentam. As perguntas sobre as pinturas carregam também conhecimentos prévios de que I. há razões distintas para justificá-las, II. As formas têm especificidades variadas, III. Diferentes materiais são utilizados, entre outras questões[14]. Essas perguntas derivam de práticas pedagógicas cuidadosas de modo geral, mas também específicas, uma vez que as educadoras organizam as turmas para as visitas, explicando algumas características dos grupos e questionando previamente o que as crianças gostariam de saber. Essa atenção é importante uma vez que as/os visitantes não são da etnia estudada pela maioria das turmas.

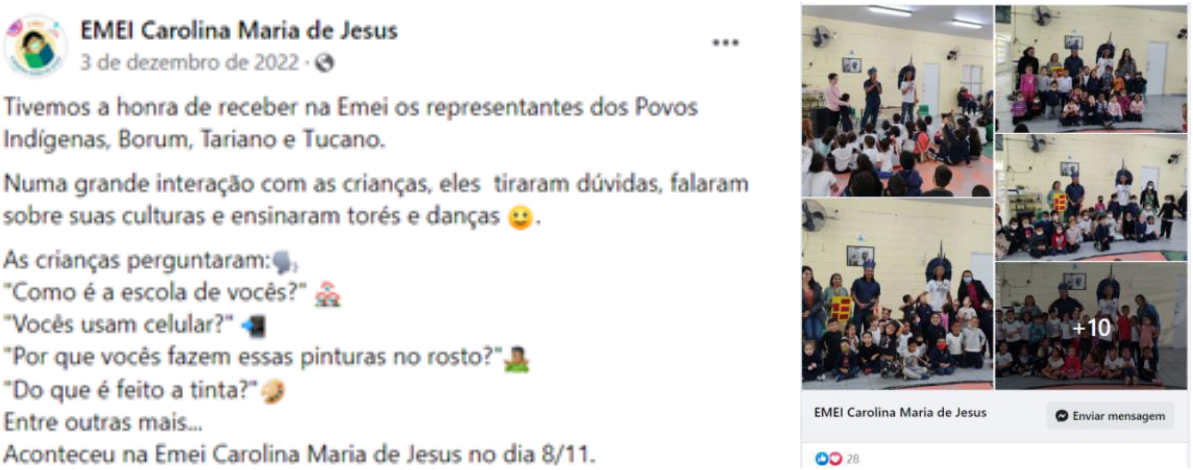
Um registro sobre o trabalho realizado no segundo semestre de 2022 foi postado na página da escola no *Facebook*, na ocasião indígenas Borum, Tariano e Tucano ensinaram

[13] Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02Dos8Dh7sRJRRRvHux-nAp8HSDejC4jvwYBG8PMM6z7bCmPCoSooSf8qEWZ4Rn9hbXl&id=100003301679250. Acesso em: 03 out. 2024.

[14] Esse tipo de pergunta é realizado principalmente por crianças do Infantil II, que já estão na escola há quase dois anos. As crianças do Infantil I, que estudam os povos indígenas pela primeira vez, normalmente questionam se tem animais, árvores, praias ou questões mais pessoais: o que gostam de comer, fazer, cor preferida, etc.

Torés e danças de seus povos[15] e responderam às indagações das crianças sobre educação, tecnologia, pinturas, entre outros temas.

Imagem 12: Divulgação da visita dos educadores indígenas nas redes sociais da EMEI



Fonte: *Facebook*[16].

Possivelmente um dos momentos favoritos das crianças seja brincar e as brincadeiras fazem parte do cotidiano escolar. Na brinquedoteca, no cantinho de super-heroínas e super-heróis há uma bancada com acessórios de super-heróis e heroínas, princesas e indígenas. É comum as meninas usarem ambos ou somente os indígenas:

> *Capotira: Olha a minha pulseira, prô!*
> *Simone: Que linda! Por que você escolheu essa?*
> *Capotira: Porque eu gostei muito!* (Caderno de campo, ago. 2019)

Durante o semestre, algumas atividades realizadas normalmente aos sábados, envolvem as famílias e crianças. Entre as desenvolvidas em 2019, por exemplo, houve uma oficina de grafismo dos grupos estudados: Kariri Xocó, Saterê Mawê, Guarani Mbya, Karajá, Paiter Suruí. Foram apresentadas brevemente características culturais, geográficas e históricas das etnias e alguns de seus traços e significados.

Imagens 13 e 14: Cantinho dos super-heróis e heroínas na brinquedoteca da EMEI

Fonte: Acervo pessoal.

[15] Disponível em: https://web.facebook.com/watch/?v=523805556339601 e https://www.facebook.com/watch/?v=509161104322940&_rdc=1&_rdr. Acesso em: 03 out. 2024.
[16] Disponível em: https://www.facebook.com/emeicarolinamaria/posts/pfbid025yQsLBxQwHgZFink1ReBQvBvNNRVRRdnxyScaW8tRHTW8qQzMrEbnYWwCETi3tNAl. Acesso em: 03 out. 2024.

Imagens 15 e 16: Atividades com as famílias na EMEI

Fonte: Acervo pessoal.

Em novembro a escola prepara uma exposição com as investigações sobre os povos indígenas. Após a organização dos materiais, cada turma visita a exposição, tanto para ver o conjunto de suas produções quanto para conhecer os das outras turmas. Em outro dia e horário (normalmente aos sábados) a comunidade escolar é convidada a ir até a unidade para visitar a exposição e conhecer detalhadamente o currículo estudado por cada turma. Primeiramente, as famílias visitam os espaços, explorando principalmente com as crianças que narram suas memórias sobre a etnia estudada, situações vivenciadas, produção de material etc.

> *Amanayara: Vó, sabia que não é pra falar "índio", é pra falar "indígena". A palavra "índio" é preconceito.*
> *Dolapo: Esta etnia usa cocar y maraca, mas eu acho que todo povo tem isso, porque quem veio aqui também tinha.*
> *Kahewa: Mãe, aqui é o povo Munduruku. A gente leu um livro do Daniel Munduruku, ele escreve um montão de livros sobre o povo dele.*
> *Lulendo: Estes indígenas gostam de rede. A gente gosta de rede porque eles inventaram a rede. Eu fiz um desenho, eu e meu amigo curumim, aí cada um tá na sua rede.* (Caderno de Campo, 2º semestre 2018, 2019).

Em seguida há a apresentação mediada da exposição, momento em que as educadoras explicam os processos de desenvolvimento dos objetos, as interações com as crianças e conhecimentos compartilhados sobre os povos estudados.

Imagens 17 e 18: Exposição dos estudos indígenas com mediação das professoras da EMEI

Fonte: *Facebook*, vídeo Memórias do ano de 2018.

Em movimento e na resistência

No contexto da educação a distância, devido a pandemia de COVID-19, diversos vídeos foram organizados e disponibilizados na página da EMEI na rede social Facebook. Os vídeos incluíam coletâneas de fotos e vídeos de atividades dos anos anteriores, imagens das crianças realizando atividades em casa, estudos das educadoras sobre os povos indígenas e vídeos das crianças nos momentos de retorno às atividades com baixo número de crianças.

As crianças da turma A da Sala Azul explicaram algumas das atividades realizadas sobre os povos estudados. No vídeo, a educadora teve o cuidado de gravar em áudio as considerações das crianças e indicar com fotos os momentos vivenciados.

Imagens 19 a 22: Imagens e depoimentos das crianças sobre as atividades sobre os povos Guarani Mbya, Ashaninka, Karajá e Kalapalo

"Essa brincadeira é do povo Guarani, é feito pra pular também". É tipo pular corda, só que é com pauzinho".

"Dois bonecos Ashaninka, a Geovana e o Bento Ashaninka. Eles ficam pintados e têm uma roupinha".

"A gente brincô com a boneca do Karajá. A gente fez com argila o boneco do Karajá."

"E a gente fez uma figurinha do povo Kalapalo que a gente tem que colá no caderno."

Fonte: *Facebook*[17].

[17] Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=456872679123979. Acesso em: 03 out. 2024.

O vídeo "Brincadeiras Munduruku"[18] apresenta fotos de crianças indígenas brincando e fotos e vídeo da adaptação da brincadeira "Pirarucu" realizada pelas crianças da EMEI. Na escola, as crianças, para retratarem o rio, deram as mãos e fizeram um círculo. Uma das crianças foi escolhida para ser a/o indígena que ficava fora do rio. Outra criança ficou dentro da roda, sendo o peixe. A criança de fora tem que entrar na roda para pescar o peixe. Há momentos em que o rio está manso e a criança consegue entrar nele, em outros não é possível, pois está agitado. Quando a criança consegue entrar e capturar o peixe ela precisa de autorização para sair do rio com ele, isso só acontece quando o rio compreende que o peixe será utilizado exclusivamente para alimentar o povo da aldeia, permitindo-os sair. As crianças se alternaram para ser indígenas e peixe.

Imagens 23 e 24: Adaptação da brincadeira Munduruku "Pirarucu"

Fonte: *Facebook* - Brincadeiras Munduruku.

Com as/os Guarani as crianças aprenderam a brincadeira "Arranca a Mandioca". Nela a primeira criança se agarra à árvore e as demais se prendem umas às outras. Uma criança tenta "arrancar a mandioca", quer dizer, tirar uma criança dali. As crianças se alternam para ser a mandioca e para ser a/o indígena a colhê-la.

Imagens 25 e 26: Brincadeira "Arranca a Mandioca" do povo Guarani

Fonte: *Facebook*[19].

[18] Disponível em: https://www.facebook.com/emeicarolinamaria/videos/674422609875566. Acesso em: 03 out. 2024.
[19] Disponível em: https://www.facebook.com/emeicarolinamaria/videos/3350800498342742. Acesso em: 03 out. 2024.

Essa brincadeira e outros saberes sobre as/os Guarani Mbya foram retratados no texto coletivo da turma do Canguru em 2022. As crianças também comentaram sobre descobertas de outras etnias. Suas observações foram publicadas no jornal da escola.

Imagem 27: Registro do texto coletivo da Turma do Canguru no Jornal da EMEI

GUARANI M'BYA

Turma do Canguru

POVO GUARANI M'BYA FAZE COLAR, CORUJAS DE MADEIRA E FACA, TAMBÉM FAZE CESTARIA.
NÃO PODE MATAR OS ANIMAIS, SÓ PARA COMER.
ELES PINTAM A PELE COM TINTAS FEITAS DAS FRUTAS, ELES PINTAM O CORPO INTEIRO.
ELES FAZEM CASA COM BARRO E MADEIRA. NA CASA DELES TEM TUDO. ELES TÊM CELULAR, TÊM COMPUTADOR.
O MC KUNUMI USA UM COCAR.
O POVO BORUM E TUKANO VIERAM NA ESCOLA E CANTARAM E DANÇARAM. FIZEMOS O MAPA DO BRASIL COM TINTA NATURAL E AS PESSOAS DO POVO.
ALGUMAS BRINCADEIRAS DO POVO GUARANI M'BYA QUE APRENDEMOS:
ARRANCA MANDIOCA
PRIMEIRO TEM QUE TER UM LUGAR FIRME PARA SEGURAR, COMO UMA ÁRVORE OU TREPA-TREPA.
AS CRIANÇAS SENTAM NO CHÃO UMA ATRÁS DA OUTRA SEGURANDO NA CINTURA, SENDO QUE A PRIMEIRA CRIANÇA SEGURA FIRME NA ÁRVORE. A ÚLTIMA CRIANÇA VAI ARRANCAR AS MANDIOQUINHAS, QUE SÃO AS CRIANÇAS, PUXANDO UMA POR UMA. VALE ATÉ FAZER COCEGUINHAS.
DANÇA XONDARO
ESSA BRINCADEIRA PRECISA DE PELO MENOS DUAS CRIANÇAS. UMA SEGURA UMA CORDA E VAI GIRANDO COM A CORDA NO CHÃO OU NO ALTO ENQUANTO AS OUTRAS PULAM. QUANDO A CORDA ESTIVER NO CHÃO, AS CRIANÇAS DEVEM PULAR; QUANDO A CORDA ESTIVER NO ALTO, AS CRIANÇAS DEVEM SE ABAIXAR. SE ENCOSTAR NA CORDA SAI DA BRINCADEIRA.
MANGÁ
ESSA BRINCADEIRA PARECE COM A QUEIMADA.
PRIMEIRO MARCA O CHÃO COM UMA LINHA, PRECISA DE DUAS CRIANÇAS, CADA CRIANÇA RECEBE DUAS PETECAS. AS CRIANÇAS JOGAM AS PETECAS DE UM LADO PARA O OUTRO TENTANDO ACERTAR A OUTRA CRIANÇA AO MESMO TEMPO EM QUE TENTA NÃO SER ACERTADO PELA PETECA. VENCE QUEM ACERTAR O OUTRO COM A PETECA PRIMEIRO

TEXTO COLETIVO DA TURMA DO CANGURU

Fonte: Expresso Carolina, 2022[20] .

Clarice Cohn (2013, p. 28) ao realizar pesquisas com as crianças Xikrin, aponta que elas "não aprendem as relações sociais em que têm e terão que se engajar ao longo da vida, mas atuam em sua configuração". Um exemplo é em situações de brincadeira em que os meninos saem para caçar passarinhos e, ao retornar, os oferecem às meninas, que por sua vez, manipulam o alimento. De acordo com a antropóloga, as crianças podem

[20] Disponível em: https://web.facebook.com/photo.php?fbid=623317569804089&set=pb.100063775548971.--2207520000&type=3. Acesso em: 03 out. 2024.

estar brincando, mas também podem estar atribuindo à brincadeira significados da vida adulta. Ela sugere que "estão fazendo algo muito mais sério: estabelecendo relações sociais que valerão para a vida toda" (p. 31). Nesse sentido, ao experienciarem os saberes de outros povos, as crianças da EMEI Carolina estão ressignificando relações sociais, de parentesco, de troca, de organização da vida social, entre outras que compõem seus conhecimentos de si e das/os outras/os no presente e no futuro.

Nesses contextos, as crianças aprendem sobre as relações estabelecidas entre as pessoas e/ou com a natureza, como, por exemplo, o tipo de alimentação de cada região, formas de plantar, de colher e de comer. Por vezes, como no caso da mandioca, é possível organizar com as educadoras cozinheiras para que o alimento seja servido em alguma das refeições das crianças. Além dos alimentos, a fauna e a flora onde as etnias estão localizadas, seus costumes entre outras características geográficas, históricas e culturais são amplamente discutidos. Assim, as crianças aprendem propostas de se relacionar menos excludentes, destrutivas, exploratórias e hierárquicas.

Esse mesmo percurso de valorização dos povos originários, a partir de suas próprias narrativas, de compartilhamento de saberes, para esses e outros enfrentamentos estão no cerne da proposta pedagógica da EMEI.

As vivências com, entre e sobre os povos indígenas e não indígenas possibilitam as experiências de conhecer e caminhar outros percursos, nos lugares trilhados pelas/os outras/os. Os usos dos "Sapatos Trocados"[21] elaborados por Cristino Wapichana, em que "quando se troca os sapatos é necessário reaprender a andar"[22], mudando seu jeito de caminhar por estar com "as patas" ou os sapatos da/o outra/o. Ao compreender as vivências das/os demais, se modifica a sua própria vida (Wapichana, 2015).

Márcia Mura (2022, p. 234) em sua pesquisa de doutorado aponta essa troca de sapatos enquanto metáfora para a mudança de paradigmas, tirando os sapados ocidentais e coloniais e colocando os sapatos das perspectivas indígenas. Aponta a historiadora "seguimos aprendendo e na resistência!"

Considerações sobre novos caminhos na educação antirracista

A Lei 11.645/08 certamente significou um avanço na luta dos povos indígenas ao tornar obrigatório o ensino das culturas indígenas na Educação Básica. No entanto, sua aplicabilidade tem se mostrado pouco efetiva, uma vez que a referida lei não prevê a mesma obrigatoriedade para o ensino superior, mais especificamente para os cursos de licenciatura responsáveis pela formação das/os professoras/os que atuarão em salas de aula. Mencionamos ainda a escassez de materiais didáticos de qualidade disponíveis que contemplam a temática indígena respeitando a diversidade das línguas, dos povos e dos territórios.

[21] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fzf0ZN5lxwU. Acesso em: 03 out. 2024.
[22] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eLbHZtZsg3A. Acesso em: 03 out. 2024.
[23] Nas últimas décadas pesquisas com indígenas, em colaboração e coautoria também vêm sendo realizadas.

Para a educadora Paula Mendonça de Meneses (2014), a formação de educadoras/es e o investimento em materiais didáticos de qualidade é apenas um dos eixos-chave para pensarmos a aplicabilidade da Lei 11.645/08. Um segundo eixo estaria relacionado à falta de diálogo da universidade com o ensino de base, uma vez que há décadas as universidades têm investido em pesquisas sobre[23] os povos indígenas a partir de diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Arqueologia e Linguística, no entanto esse conhecimento não ultrapassou o circuito acadêmico.

Nesse sentido, defendemos aqui a readequação da lei 11.645/08 para que ela torne obrigatória a implementação de uma disciplina sobre os povos indígenas nos cursos de licenciatura[24]. Apoiamos ainda todo e qualquer processo seletivo com cotas para pessoas indígenas na Educação Superior, na pós-graduação e em concursos públicos, com isso as pessoas indígenas poderão ocupar outros espaços na esfera acadêmica, na produção de conhecimento, na Educação e no mercado de trabalho.

Esses avanços trarão impactos significativos para a aplicabilidade da Lei 11.645/08 visando uma sociedade mais equânime. Assim, todas as unidades escolares poderão ofertar uma educação de qualidade, respeitando as diversidades e em diálogo, como a proposta metodológica e em movimento da EMEI Carolina Maria de Jesus.

Referências

ALVES, André; FERRAZ, Cláudia. Da etnografia virtual à etnografia online, deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. Caxambu, 41º **Encontro Anual ANPOCS 2017**, p. 1-25. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file. Acesso em: 03 out. 2024.

BANIWA, Luciano. A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 25, n. 49, p.11-23, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311966445_A_Historia_e_Cultura_Indigena_no_Contexto_da_Lei_1164508_Reflexos_na_Educacao_Brasileira. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 3a reimpressão

[24] Esse procedimento ocorre sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O Decreto nº 5.626/2005 estabelece a implementação da disciplina de Libras de forma obrigatória em todos os cursos de licenciatura e de forma optativa nos demais cursos. A lei incide ainda sobre o prazo de até dez anos para sua efetivação em 100% dos cursos das instituições.

2013.
EMEI. O trabalho com os povos indígenas. **Revista Magistério**, Ceci 15 anos, Luta e resistência para autonomia e fortalecimento da cultura e da infância Guarani. São Paulo: SME/ COPED, 2019, p. 34-39. Disponível em: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/revista-magisterio-n-6-ceci/. Acesso em: 03 out. 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu.** Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUCIANO, Gersem J. dos S. "A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira" (Entrevista). **Revista de Educação do Cogeime** – Ano 25, n. 49, p. 1123, julho/dezembro 2016. DOI http://dx.doi.org/10.15599/cogeime.v25n49. Acesso em: 03 out. 2024.

MENESES, Paula M. de. Repensando a questão indígena na escola. **Moitará** Revista Eletrônica da Fundação Araporã, Araraquara, Edição Especial, v.1, no. 1, nov-dez, 2014, p. 24-33. Disponível em: https://fundacaoarapora.org.br/revista/revista-moitara-v-q-no-1-2014/. Acesso em: 03 out. 2024.

MONTEIRO, John M.. Introdução: redescobrindo os índios da América Portuguesa. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** estudos de história indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), 2001.

MUNDURUKU, Daniel. Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei nº. 11.645/2008. **Moitará** Revista Eletrônica da Fundação Araporã, Araraquara, Edição Especial, v.1, no. 1, nov-dez, 2014, p. 19-23. Disponível em: https://fundacaoarapora.org.br/revista/revista-moitara-v-q-no-1-2014/. Acesso em: 03 out. 2024.

MURA, Márcia. **Tecendo Memórias do povo Mura e outros parentes.** Rio de Janeiro: Pachamama, 2022.

PEREIRA, Simone dos S. **Plantando sementes para a superação de desigualdades**: uma etnografia na Educação Infantil. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/T.8.2023.tde-15102024-122210. Acesso em: 03 out. 2024.

PEREIRA, Simone dos S., NASCIMENTO, Iracema S. do. Literatura infantil com personagens negras: narrativas descolonizadoras para novas construções identitárias e de mundo. **Espaço Pedagógico**. V. 27, p.481 - 496, 2020. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11440/114115339. Acesso em: 03 out. 2024.

RENDY YOBÁ, Letycia; PEREIRA, Simone dos S.. Processos de autoafirmação e retomada de território: perspectiva indígena pela narrativa de Yakuy Tupinambá. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e021023, 2022. DOI: 10.20396/maloca.v4i00.15074. Disponível em: https://doi.org/10.20396/maloca.v4i00.15074. Acesso em: 03 out. 2024.

TESTA, Adriana Q.. **Caminhos de saberes Guarani Mbya**: modos de criar, crescer e comunicar. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-01062015-173729. Acesso em: 03 out. 2024.

WAPICHANA, Cristino. **Sapatos trocados**: Como o tatu ganhou suas grandes garras. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.